



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
1ª Comissão de Obras - SUPEL-COBR1

EDITAL Nº 7/2026/SUPEL-COBR1

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 90188/2025/SUPEL/RO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Contratação de Obras II, instituída pela **Portaria nº. 323 de 08 de dezembro de 2025**, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, regida pela [Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#) e suas alterações, [Decreto nº 28.874/2024](#), [Lei Complementar nº. 123/06](#) e alterações e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **CONCESSÃO DE USO**, sob critério de julgamento de **MAIOR VALOR**, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **INDIRETA**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus Anexos consignando o que se segue:

CONCORRÊNCIA Nº.: 90188/2025/SUPEL/RO

AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.: 0009.009336/2024-33/DER/RO

OBJETO: Concessão do uso de áreas com investimento destinadas à implantação de hangares para exploração comercial de hangaragem de aeronaves próprias e/ou de terceiros e/ou oficina de manutenção de aeronaves e/ou operação de taxi aéreo nos aeroportos de Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Guajará-Mirim do Estado de Rondônia, à título oneroso.

VALOR ESTIMADO: R\$ 40. 690.389,27 (quarenta milhões, seiscentos e noventa mil, trezentos e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos).

RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: até o dia 01 de abril de 2026, às 09h59m (horário oficial de Brasília).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 01 de abril de 2026, às 10h (horário oficial de Brasília).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Eletronicamente através da plataforma de licitações COMPRASGOV., endereço eletrônico www.gov.br/compras.

UASG: 925373

CONTRATAÇÃO PREFERENCIALMENTE ME/EPP: NÃO

RETIRADA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: O Edital, Planilha, Croquis e demais Projetos, referente à obra encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel, no site do COMPRASGOV (www.gov.br/compras) e através do link <https://drive.google.com/drive/folders/1Cp5lcssHdM67hDygXakzdsU9Zlx2K2DS?usp=sharing>. Outras informações através do e-mail: coobr.supel@gmail.com, ou pelo telefone: (69) 3212-9243.

Porto Velho/RO, 06 de fevereiro de 2026.

JOHNNE SCLEY ANES DE MORAIS
Presidente da 1ª Comissão de Obras - COBR1/SUPEL/RO
Portaria nº 323 de 08 de dezembro de 2025

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 90188/2025/SUPEL/RO

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 01/04/2026, às 10h00min (horário de Brasília), no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 26/03/2025 (Considerando feriados e pontos facultativos definidos no decreto nº 29.900, de 27 de dezembro de 2024.)
--	--

OBJETO: Concessão do uso de áreas com investimento destinadas à implantação de hangares para exploração comercial de hangaragem de aeronaves próprias e/ou de terceiros e/ou oficina de manutenção de aeronaves e/ou operação de taxi aéreo nos aeroportos de Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Guajará-Mirim do Estado de Rondônia, à título oneroso.		
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Decreto Estadual nº28.874, de 25 de janeiro de 2024. dentre outros.		
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0009.009336/2024-33		
UASG: 925373 ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ORÇAMENTO	R\$ 40.690.389,27 (quarenta milhões, seiscentos e noventa mil trezentos e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos)	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no <u>item 12.2. deste Edital</u> e no <u>item 10.2. do Termo de Referência</u> . 2. Regularidade fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no <u>item 12.3. deste Edital</u> e no <u>item 10.3. do Termo de Referência</u> . 3. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no <u>item 12.4. deste Edital</u> e no <u>item 10.4. do Termo de Referência</u> . 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no <u>item 12.5. deste Edital</u> e no <u>item 10.5. do Termo de Referência</u> .		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO PREFERENCIAL ME/EPP	REGIME - EXECUÇÃO	MODALIDADE
Não	Concessão de Uso	Concorrência
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	REGISTRO DE PREÇOS
Maior Valor	Aberto	Não
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
Telefone: (69) 3212-9243		coobr.supel@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados através do e-mail: coobr.supel@gmail.com , ou pelo telefone: (69) 3212-9243.		

SUMÁRIO

1. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO
2. DO ACESSO AO EDITAL (E SEUS ANEXOS)
3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4. DO VALOR ESTIMADO
5. DO OBJETO
6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO
9. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
13. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
15. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO
16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)
17. DO RECURSO
18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
20. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
21. DO LOCAL E DOS PRAZOS
22. DA GARANTIA CONTRATUAL
23. DAS OBRIGAÇÕES DO CEDENTE
24. DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO
25. DOS RISCOS EXCLUSIVOS DO CONCESSIONÁRIO
26. DA MATRIZ DE RISCOS
27. DA SUBCONTRATAÇÃO
28. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO
29. DO REAJUSTE E REVISÃO DA TARIFA
30. DO PAGAMENTO E MEDIÇÕES
31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRATUAIS E MULTAS
32. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO
33. DA INTERVENÇÃO DA CONCESSÃO
34. DOS BENS REVERSÍVEIS
35. DO FORO
36. DISPOSIÇÕES GERAIS
37. ANEXOS

PREÂMBULO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Contratação de Obras, instituída pela **Portaria nº. 323 de 08 de dezembro de 2025**, regido pela [Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#) e suas alterações, [Decreto nº 28.874/2024](#), [Lei Complementar nº. 123/06](#) e alterações e pelas demais normas legais, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **CONCESSÃO DE USO**, sob critério de julgamento de **MAIOR VALOR**, modo de disputa **ABERTO**, na forma de execução **INDIRETA**, com sessão de abertura de recebimento das propostas marcada para o dia 01 de abril de 2026, às 10h (horário oficial de Brasília), realizada através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico www.gov.br/compras. Este certame tem por finalidade a seleção de propostas e qualificação de empresas visando a **Concessão do uso de áreas com investimento destinadas à implantação de hangares para exploração comercial de hangaragem de aeronaves próprias e/ou de terceiros e/ou oficina de manutenção de aeronaves e/ou operação de taxi aéreo nos aeroportos de Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Guajará-Mirim do Estado de Rondônia, à título oneroso, com o fito de atender às necessidades do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER.**

1. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do **Processo Administrativo Nº 0009.009336/2024-33/DER/RO**, e destina-se a garantir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

2. DO ACESSO AO EDITAL (E SEUS ANEXOS)

2.1. O Edital, Planilha, Croquis e demais Projetos, referente à obra encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel, no site do COMPRASGOV (www.gov.br/compras) e através do link <https://drive.google.com/drive/folders/1Cp5lcssHdM67hDygXakzdsU9Zlx2K2DS?usp=sharing>. Outras informações através do e-mail: coobr.supel@gmail.com, ou pelo telefone: (69) 3212-9243.

2.1.1. Caso não seja possível o acesso aos arquivos por meio do portal da SUPEL, bem como por meio do portal do COMPRASGOV, os licitantes poderão obter informações e esclarecimentos através do e-mail: coobr.supel@gmail.com, ou pelo telefone: (69) 3212-9243.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. O objeto da contratação será regido pela Lei Federal n. 7565, de 1986, que Dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e suas alterações dentre outros regulamentos/leis/normas ou similares, subsidiariamente pela Lei Federal n. 14.133, de 1ª de abril de 2021 e Decreto Estadual n. 28.874, de 2024, pertinentes ao objeto e suas alterações.

3.2. Para o desenvolvimento da atividade, objeto desta licitação, o CONCESSIONÁRIO utilizará a área licitada exclusivamente para construção e exploração comercial de hangaragem de aeronaves próprias e/ou de terceiros e/ou oficina de manutenção de aeronaves e/ou operação taxi aéreo, observadas as condições neste Edital, no Termo de Referência (**ANEXO I** deste Edital) e no Estudo Técnico Preliminar 19 (**ANEXO II** deste Edital).

3.3. As áreas disponíveis no **subitem 5.2 deste Edital** a serem concedidas, serão arrematadas na sequência da ordem das áreas dos itens a serem licitados para cada Aeroporto, devido ao cercamento operacional e as vias de acesso aos hangares que são de responsabilidade do concessionários sem ônus ao DER e não farão parte da amortização.

3.4. O CONCESSIONÁRIO deverá atender os requisitos de engenharia previstos no **Anexo XIX** deste Edital.

3.5. O CONCESSIONÁRIO deverá construir das dimensões e parâmetros determinados nas plantas croquis layouts previstos nos **Anexo XIII, XIV, XV e XVI, XVII e XVIII** deste Edital.

3.6. As empresas licitantes poderão realizar vistoria, não obrigatória, nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento;

3.7. Nos termos do Decreto Estadual n. 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, deverão os licitantes apresentar:

a) Declaração expressa de que, caso logre êxito na licitação, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto e/ou egressas do sistema prisional para a prestação dos serviços pactuados com a Administração, conforme proporções dispostas no parágrafo único do art. 1º da Lei Estadual n. 2.134, de 23 de julho 2009;

b) Declaração emitida pelo (s) órgão (s) responsável (eis) pela execução penal no (s) Estado (s), onde os serviços serão prestados quanto à disponibilidade de pessoas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema prisional aptas para a execução dos serviços, objeto da licitação.

3.7.1. Caso não haja disponibilidade de pessoas em privação de liberdade ou egressas do sistema prisional, aptas para a prestação dos serviços licitados, a licitante deverá apresentar declaração emitida pelo (s) órgão (s) responsável (eis) pela execução penal no (s) Estado (s) onde os serviços serão prestados, indicando essa condição.

3.8. **DOS PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

3.8.1. O CONCESSIONÁRIO (ou seu projetista) deverá apresentar os projetos de engenharia e arquitetura, em via impressa ou arquivo eletrônico, o qual devem conter no mínimo:

a) Memorial descritivo sintético;

3.8.2. Planta de Situação, com a indicação do lote no sítio aeroportuário.

a) Projetos básico e/ou executivos de todas as disciplinas (arquitetura, estruturas, sistemas de água, esgoto, drenagem e águas pluviais, sistemas elétricos, eletrônicos e telemática, ar-condicionado e ventilação mecânica).

b) Planta de Locação, com representação de pátios e taxis de aeronaves, acessos de veículos e pedestres, estacionamentos, calçadas, áreas verdes, todas as edificações, localização dos limites do lote, elevações e piso e alturas das edificações, postes e demais construções que se projetam acima do solo e materiais (cercas e muros).

c) Cortes: longitudinal e transversal indicando a altura das edificações e outros elementos relevantes, tais como escadas, postes, torres, cercas, para-raios, e demais construções que se projetam acima do solo e que possam interferir no OPEA.

d) Planta de Drenagem, indicando a destinação das águas pluviais das coberturas de edificações e das áreas pavimentadas;

e) Planta das Ligações Externas de Utilidades: água, esgoto, energia, telecomunicações.

f) Plano de Controle Ambiental de Obras – PCAO;

g) Planejamento das fases da demolição/construção previstas no projeto e obra;

h) Orçamento na tabela SINAPI;

i) Cronograma Execução de 120 (cento e vinte) dias;

j) Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs e Registros de Responsabilidade Técnica – RRTs.

3.8.3. Os projetos e edificações deverão atender as Normas da ABNT e do INMETRO, Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA/CONFEA.

3.8.4. O projetista deverá verificar as interferências com as redes existentes, as construções ou instalações não poderão prejudicar a infraestrutura do sítio aeroportuário, tais como rede de água, esgoto, drenagem, redes elétricas ou gasodutos.

3.8.5. Implantação, ampliação e/ou modificação da infraestrutura básica existente (redes de eletricidade, aterramento, água, hidrantes, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais e telecomunicações) necessárias para atender às necessidades do Empreendimento deverão estar contempladas nos projetos, sendo os custos provenientes dessas alterações de total responsabilidade do CONCESSIONARIO.

3.9. **PRAZO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO E APROVAÇÃO**

3.9.1. O PRAZO para elaboração do projeto e aprovação são de 60 (sessenta) dias, sendo:

3.9.2. 30 (trinta) dias apresentação do projeto.

3.9.3. 10 (dez) dias análise fiscalização do DER.

3.9.4. 20 (vinte) dias correções, caso houver.

3.10. **DA EXECUÇÃO DO PROJETO E ADEQUAÇÕES DAS ÁREAS**

3.10.1. O DER vedará atividades consideradas inadequadas ou não condizentes com o objeto da licitação.

3.10.2. Os projetos e benfeitorias, em conformidade com disposto no Estudo Técnico Preliminar 19, deverá cumprir o que prevê nos requisitos de Engenharia, Operações e Meio Ambiente para Implantação de Hangares previsto no **Anexo XIX** deste Edital, bem como:

3.10.2.1. Caberá ao Concessionário executar, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequação da(s) área(s), bem como instalar os equipamentos necessários ao funcionamento das atividades objeto da presente licitação;

3.10.2.2. Cabe ao Concessionário elaborar os projetos, obter licenças e autorizações, e executar todas e quaisquer adequações necessárias à implantação do hangar e desenvolvimento de sua(s) atividade(s);

3.10.2.3. Executar as obras de construção ou reforma seguindo os projetos de engenharia e arquitetura com equipe qualificada e com acompanhamento do Engenheiro responsável técnico, incluindo a emissão da respectiva Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs para a execução de obras;

3.10.2.4. Todas as despesas, diretas ou indiretas, para elaboração dos estudos e projetos, obtenção de licenças, aprovações junto aos órgãos públicos, execução e implantação das benfeitorias, remanejamento das interferências, acesso, operação, manutenção e exploração, decorrentes da concessão, serão de responsabilidade exclusiva do Concessionário, não cabendo indenização por parte do DER;

3.10.2.5. As benfeitorias permanentes serão revertidas ao patrimônio da União ao término do contrato, independentemente de qualquer indenização por parte do DER. Os equipamentos móveis estão excluídos da transferência ao patrimônio da União;

3.10.2.6. A CONCESSIONÁRIA deverá construir das dimensões e parâmetros determinados nas plantas croquis layouts dos **Anexos XIII, XIV, XV e XVI**, bem como no Projeto Arquitetônico modelo - Cacoal Área HANGAR 02 **Anexo XVII** e Projeto Arquitetônico modelo demais áreas **Anexo XVIII** deste Edital.

3.10.2.6.1. O cercamento operacional indicado nos croquis dos hangares, fornecido pelo DER no padrão ICAO, será de responsabilidade do

CONCESSIONÁRIO sem ônus para o DER, bem como, os portões e as vias de acesso do(s) hangar(es);

3.10.2.6.2. Para o objeto da concessão, a área concedida refere-se à área delimitada ao redor do Hangar e exclui-se a área do pátio;

3.10.2.6.3. A área disponibilizada de pátio prevista nos croquis será de responsabilidade de concessionário sem Ônus para o DER. Toda e qualquer infraestrutura realizada na área disponível para pátio pelo CONCESSIONÁRIO não fará parte da amortização;

3.10.2.6.4. Caso for realizada alguma infraestrutura na área disponível para pátio deverá ser encaminhado o projeto ao DER para aprovação, bem como, será de total responsabilidade do Concessionário e não haverá qualquer amortização, seja em prazo ou abatimento no valor mensal da concessão.

3.10.2.7. O valor da construção a ser amortizado pelo DER não excederá ao valor de **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais), caso a construção ultrapasse o valor estipulado, o ônus será de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO e não fará parte do valor a ser amortizado;

3.10.2.8. Findo o prazo de obras, as novas adequações que porventura forem realizadas na área em concessão, permanentes ou não, serão consideradas de interesse único e exclusivo do CONCESSIONÁRIO, razão pela qual não caberá nova amortização e prorrogação de prazo;

3.10.2.9. Fica assegurado ao DER o direito de inspeção e fiscalização a quaisquer instalações ou benfeitorias, a qualquer tempo do seu desenvolvimento, podendo vetar total ou parcialmente aquelas que não estejam sendo executadas em conformidade com os projetos previamente validados;

3.10.2.10. A manutenção das instalações será por conta do Concessionário, e não haverá qualquer amortização, seja em prazo ou abatimento no valor mensal da concessão;

3.10.2.11. O Concessionário assume perante o DER plena e total responsabilidade legal, administrativa e técnica pela perfeita execução de projetos e/ou serviços comprometendo-se a não promover modificações nas especificações sem a prévia e expressa validação do DER;

3.10.2.12. O Concessionário deverá se responsabilizar pelo fornecimento e manutenção dos equipamentos de comunicação interna, mobiliário e demais materiais e equipamentos necessários à administração e operação do empreendimento;

3.10.2.13. Cumprir todos regulamentos, bem como, provê todas as documentações necessárias o uso da área concedida;

3.10.2.14. Os casos omissos referentes ao Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar 19, serão resolvidos pelo DER mediante justificativas do CONCESSIONÁRIO;

3.10.2.15. O CONCESSIONÁRIO terá o **prazo até de 10 (dez) dias**, a contar do início de vigência do contrato, para agendamento e realização de reunião com o DER, para esclarecimentos gerais e consulta prévia;

3.10.2.16. Após o prazo previsto no cronograma de execução a equipe de fiscalização do contrato irá in loco verificar se a obra foi executada em conformidade com o projeto aprovado, esta que elaborará um termo de recebimento atestando sua conformidade, no prazo de 15 (quinze) dias.

3.11. DA AMORTIZAÇÃO

3.11.1. **Preço mensal:** Corresponderá aos valores ofertados pelo Concessionário na proposta pela área descrita no **subitem 5.2.** deste Edital.

3.11.2. O preço mensal proposto das áreas constantes dos itens durante a elaboração e análise dos projetos, execução, obtenção das licenças, autorizações, adequações da área e sua construção, a partir do início de vigência do contrato, serão pagos o valor da área total como não edificada durante o período definido nos **subitens 21.4 e 21.5** deste Edital.

3.11.3. O valor do mensal durante o período do item acima será amortizado do valor total da obra previsto no orçamento a ser aprovado, este limitado ao valor previsto no subitem **3.10.2.7.** deste Edital.

3.11.4. Após a construção, o preço mensal proposto pelo CONCESSIONÁRIO da área licitada sofrerá amortização de 50% (cinquenta por cento) do preço fixo mensal, até o limite do valor investido limitado ao previsto no subitem **3.10.2.7.** Após amortizado todo valor investido, o preço fixo mensal será pago 100% do valor proposto pelo concessionário, observado o reajuste.

3.11.5. Caso, antes do período de finalizar o montante a ser amortizado, a administração pública necessite reaver a concessão dos hangares o saldo restante do montante investido será ressarcido ao Concessionário, salvo nos casos inexecução parcial ou total do contrato.

3.12. DA EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE

3.12.1. Para o desenvolvimento da (s) atividades (s) objeto deste Edital e do Termo de Referência fundamentado pelo Estudo Técnico Preliminar 19, o Concessionário deverá apresentar, até o **prazo final de 120 (cento e vinte) dias** previsto no **subitem 21.5** deste Edital, o (s) documento (s) abaixo relacionados, dependendo da (s) atividade (s) a ser (em) desenvolvida (s):

3.12.1.1. **TAXI AÉREO:** Certificado de Empresa de Transporte Aéreo e Especificações Operativas que constem autorização expedida pela ANAC para realização de operações comerciais de transporte aéreo público;

3.12.1.2. **MANUTENÇÃO:** Certificado de Organização de Manutenção expedido pela ANAC para realização de manutenção de aeronaves, se também for realizar essa atividade; Certificado de Outorga inerente à atividade de Transporte Aéreo NÃO REGULAR e Certificado de homologação para oficina e manutenção de aeronaves emitido pela ANAC, para o desenvolvimento de serviços de manutenção e apoio a aeronaves em geral e serviços de taxi aéreo.

3.12.1.3. **HANGARAGEM PRÓPRIA:** deverá ser comprovada por licitante em relação à(s) aeronave(s) de sua propriedade, arrendada(s) ou fretada(s) para uso próprio. Para atividade de hangaragem de aeronave(s) própria(s), a licitante deverá apresentar: comprovar propriedade da (s) aeronave (s), arrendada ou fretada, para uso próprio; Certificado de Aeronavegabilidade e de Matrícula da (s) aeronave (s), emitido pela ANAC, através de documento original ou cópia autenticada que comprove o vínculo com o licitante, observada a regulamentação da ANAC;

3.12.1.4. **HANGARAGEM DE TERCEIROS:** só poderá ser desenvolvida por Pessoa Jurídica que tenha atividade compatível em seu Contrato/Estatuto Social; Comprovar por meio do Contrato Social e/ou Estatuto Social e por meio de cópias autenticadas de documentos expedidos pelo estabelecimento do próprio licitante, tais como: notas fiscais, faturas e contratos firmados com terceiros, excluindo-se neste caso, as exigências dos Certificados de Empresa de Transporte Aéreo e de Manutenção.

3.12.2. A exploração comercial por terceiros das atividades fora da parametrização elencada no Estudo Técnico Preliminar 19 (**ANEXO II** deste Edital), e no Termo de Contrato de Concessão, será objeto de aplicação imediata de sanções por parte do DER, podendo culminar com a rescisão do Termo de Contrato.

3.12.3. Durante a vigência do contrato, qualquer alteração de atividade o concessionário deverá informar e encaminhar do DER as documentações pertinentes e necessárias para a atividade desenvolvida.

3.12.4. RESULTADOS PRETENDIDOS

3.12.4.1. Espera-se com essa concessão:

- I - Otimizar espaço existente no aeroporto para exploração comercial objetivando exploração econômica;
- II - Aumento de geração de receitas diretas e indiretas nos aeroportos;
- III - Fomento do transporte aéreo regional com mais tráfego e fluxo de aeronaves possibilitando novos e futuros projetos;
- IV - Valorização da estrutura dos aeroportos;
- V - Atrair investidores, empresários e executivos objetivando novos negócios para região e para o Estado de Rondônia.

4. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

4.1. A estimativa de valor da concessão foi elaborada com fundamento na **Tabela de Preços Específicos Mensais para Ocupação de Áreas**

Aeroportuárias por m² da INFRAERO, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 15 de agosto de 2024, Seção 3, página 125 e 126, nº Nº 157 (ANEXO III deste Edital), a qual tem como base o Ato Administrativo nº 925/DP/2014, que disciplina as classes e valores aplicáveis à ocupação de áreas aeroportuárias no âmbito da rede da INFRAERO.

4.2. No âmbito do Estado de Rondônia, não há tabela própria de referência para ocupação de áreas aeroportuárias, motivo pelo qual se adotou a tabela da INFRAERO como parâmetro técnico. Essa referência é nacionalmente consolidada e amplamente utilizada por órgãos e entidades públicas em contratos de arrendamento e concessão de áreas aeroportuárias.

4.3. Para fins de precificação, foram considerados os seguintes valores unitários:

a) **Classe 3** (aplicável aos aeroportos de Ji-Paraná, Cacoal e Vilhena):

Área edificada: **R\$ 10,47/m²/mês**

Área não edificada: **R\$ 3,49/m²/mês**

b) **Classe 4** (aplicável ao aeroporto de Guajará-Mirim):

Área edificada: **R\$ 6,21/m²/mês**

Área não edificada: **R\$ 2,32/m²/mês**

4.4. Quanto ao critério de incidência, se dividirá em duas etapas:

a) Durante a fase de elaboração dos projetos e execução da obra: a cobrança incidirá apenas sobre a área não edificada.

b) Após a conclusão das obras: a cobrança passará a incidir sobre a área edificada somada à área não edificada.

4.5. Os valores mínimos mensais referentes a cada hangar encontram-se detalhados no quadro apresentado na sequência, contemplando os valores aplicáveis à fase de obras, aos valores após conclusão das edificações e ao acumulado projetado para os 240 (duzentos e quarenta) meses de concessão, conforme Tabela de preço por m².

TABELA DE PREÇOS ESPECÍFICOS MENSAIS, PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS AEROPORTUÁRIAS POR M², CONFORME Diário Oficial da União - DOU, 15/08/2024, Seção 3, página 125 e 126, nº 157, publicada no "SITE" oficial da Imprensa Nacional															
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	ÁREA (M²)			PREÇO MÍNIMO UNIT. POR M²		PROJETOS E EXECUÇÃO DA OBRA	OBRA FINALIZADA			VALORES TOTAIS NOS PERÍODOS DE:			VALOR TOTAL POR AEROPORTO	
							VALOR - MÊS								VALOR - MÊS
		EDIFICADA	NÃO EDIFICADA	TOTAL	EDIFICADA	NÃO EDIFICADA	ÁREA TOTAL	EDIFICADA	NÃO EDIFICADA	TOTAL	6 MESES	234 MESES	240 MESES		
JI-PARANÁ (SBJI) - CLASSE 3															
1	ÁREA 1 - Hangar nº 13 - 30x25m	577,50	172,50	750,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 2.617,50	R\$ 6.046,43	R\$ 602,03	R\$ 6.648,45	R\$ 15.705,00	R\$ 1.555.737,30	R\$ 1.571.442,30	RS 4.714.326,90	
2	ÁREA 2 - Hangar nº 14 - 30x25m	577,50	172,50	750,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 2.617,50	R\$ 6.046,43	R\$ 602,03	R\$ 6.648,45	R\$ 15.705,00	R\$ 1.555.737,30	R\$ 1.571.442,30		
3	ÁREA 3 - Hangar nº 15 - 30x25m	577,50	172,50	750,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 2.617,50	R\$ 6.046,43	R\$ 602,03	R\$ 6.648,45	R\$ 15.705,00	R\$ 1.555.737,30	R\$ 1.571.442,30		
CACOAL (SSKW) - CLASSE 3															
4	ÁREA 1 - Hangar nº 02 - 58x50m	1.646,00	1.254,00	2.900,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 10.121,00	R\$ 17.233,62	R\$ 4.376,46	R\$ 21.610,08	R\$ 60.726,00	R\$ 5.056.758,72	R\$ 5.117.484,72	RS 16.807.658,52	
5	ÁREA 2 - Hangar nº 03 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
6	ÁREA 3 - Hangar nº 04 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
7	ÁREA 4 - Hangar nº 05 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
8	ÁREA 5 - Hangar nº 06 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
9	ÁREA 6 - Hangar nº 07 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
10	ÁREA 7 - Hangar nº 08 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
VILHENA (SBVH) - CLASSE 3															
11	ÁREA 1 - Hangar nº 08 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		RS 15.586.898,40
12	ÁREA 2 - Hangar nº 09 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
13	ÁREA 3 - Hangar nº 10 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
14	ÁREA 4 - Hangar nº 11 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
15	ÁREA 5 - Hangar nº 12 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
16	ÁREA 6 - Hangar nº 13 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
17	ÁREA 7 - Hangar nº 14 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
18	ÁREA 8 - Hangar nº 15 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 10,47	R\$ 3,49	R\$ 4.188,00	R\$ 6.046,43	R\$ 2.172,53	R\$ 8.218,95	R\$ 25.128,00	R\$ 1.923.234,30	R\$ 1.948.362,30		
GUAJARÁ-MIRIM (SBGM) - CLASSE 4															
19	ÁREA 1 - Hangar nº 01 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 6,21	R\$ 2,32	R\$ 2.784,00	R\$ 3.586,28	R\$ 1.444,20	R\$ 5.030,48	R\$ 16.704,00	R\$ 1.177.131,15	R\$ 1.193.835,15	RS 3.581.505,45	
20	ÁREA 2 - Hangar nº 02 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 6,21	R\$ 2,32	R\$ 2.784,00	R\$ 3.586,28	R\$ 1.444,20	R\$ 5.030,48	R\$ 16.704,00	R\$ 1.177.131,15	R\$ 1.193.835,15		
21	ÁREA 3 - Hangar nº 03 - 40x30m	577,50	622,50	1.200,00	R\$ 6,21	R\$ 2,32	R\$ 2.784,00	R\$ 3.586,28	R\$ 1.444,20	R\$ 5.030,48	R\$ 16.704,00	R\$ 1.177.131,15	R\$ 1.193.835,15		
VALOR TOTAL DA RECEITA														RS 40.690.389,27	

4.6. Com base nas áreas totais descritas e nos valores unitários mínimos definidos pela tabela da INFRAERO, estima-se uma **receita global de R\$ 40.690.389,27 (quarenta milhões, seiscentos e noventa mil trezentos e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos)** ao longo do prazo contratual de 240

(duzentos e quarenta) meses, considerando os 4 (quatro) aeroportos regionais, objeto desta concessão.

5. DO OBJETO

5.1. Constitui objeto desta licitação a Concessão do uso de áreas com investimento destinadas à implantação de hangares para exploração comercial de hangaragem de aeronaves próprias e/ou de terceiros e/ou oficina de manutenção de aeronaves e/ou operação de taxi aéreo nos aeroportos de Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Guajará-Mirim do Estado de Rondônia, à título oneroso, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

5.2. Quadro consolidado das áreas por hangar nos aeroportos de Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e Guajará-Mirim do Estado de Rondônia:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	TAMANHO ÁREA TOTAL A SER EDIFICADA(M²)	TAMANHO ÁREA TOTAL NÃO EDIFICADA(M²)	TAMANHO ÁREA TOTAL(M²)
JI-PARANÁ				
01	Área 01 - 30x25m - Hangar nº 13 Aeroporto Ji Paraná	577,50	172,50	750,00
02	Área 02 - 30x25m - Hangar nº 14 Aeroporto Ji Paraná	577,50	172,50	750,00
03	Área 03 - 30x25m - Hangar nº 15 Aeroporto Ji Paraná	577,50	172,50	750,00
-	CACOAL			
04	Área 01 - 58x50m - Hangar nº 02 Aeroporto Cacoal	1.646,00	1254,00	2.900,00
05	Área 02 - 40x30m - Hangar nº 03 Aeroporto Cacoal	577,50	622,50	1.200,00
06	Área 03 - 40x30m - Hangar nº 04 Aeroporto Cacoal	577,50	622,50	1.200,00
07	Área 04 - 40x30m - Hangar nº 05 Aeroporto Cacoal	577,50	622,50	1.200,00
08	Área 05 - 40x30m - Hangar nº 06 Aeroporto Cacoal	577,50	622,50	1.200,00
09	Área 06 - 40x30m - Hangar nº 07 Aeroporto Cacoal	577,50	622,50	1.200,00
10	Área 07 - 40x30m - Hangar nº 08 Aeroporto Cacoal	577,50	622,50	1.200,00
VILHENA				
11	Área 01 - 40x30m - Hangar nº 08 Aeroporto Vilhena	577,50	622,50	1.200,00
12	Área 02 - 40x30m - Hangar nº 09 Aeroporto Vilhena	577,50	622,50	1.200,00
13	Área 03 - 40x30m - Hangar nº 10 Aeroporto Vilhena	577,50	622,50	1.200,00
14	Área 04 - 40x30m - Hangar nº 11 Aeroporto Vilhena	577,50	622,50	1.200,00
15	Área 05 - 40x30m - Hangar nº 12 Aeroporto Vilhena	577,50	622,50	1.200,00
16	Área 06 - 40x30m - Hangar nº 13 Aeroporto Vilhena	577,50	622,50	1.200,00
17	Área 07 - 40x30m - Hangar nº 14 Aeroporto Vilhena	577,50	622,50	1.200,00
18	Área 08 - 40x30m - Hangar nº 15 Aeroporto Vilhena	577,50	622,50	1.200,00
GUAJARÁ-MIRIM				
19	Área 01 - 40x30m - Hangar nº 01 Aeroporto Guajará-Mirim	577,50	622,50	1.200,00
20	Área 02 - 40x30m - Hangar nº 02 Aeroporto Guajará-Mirim	577,50	622,50	1.200,00
21	Área 03 - 40x30m - Hangar nº 03 Aeroporto Guajará-Mirim	577,50	622,50	1.200,00

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

6.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

6.2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

d) Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

d.1) Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;

e) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

f) Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

g) Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Da participação de empresas sob a forma de cooperativas e consórcio:

6.4.1. Fica vedada a participação de empresas sob a forma de cooperativa e consórcio na presente contratação.

6.4.2. A vedação à participação de consórcios e cooperativas fundamenta-se em razões técnicas e operacionais diretamente relacionadas à natureza do objeto, que consiste na concessão onerosa do uso de áreas aeroportuárias individualizadas, destinadas à implantação e exploração de hangares, com investimentos específicos, delimitados fisicamente e vinculados a cada unidade concedida.

6.4.3. Cada área objeto da concessão possui implantação autônoma, investimento próprio, amortização restrita à edificação construída e responsabilidade direta do concessionário, inexistindo integração operacional, compartilhamento de infraestrutura essencial ou execução conjunta que justifique a atuação consorciada. Assim, a participação por meio de consórcio não agrega ganho técnico, econômico ou operacional à execução do objeto.

6.4.4. No que se refere às cooperativas, a vedação decorre da incompatibilidade entre a natureza jurídica desse modelo associativo e o objeto da

concessão, que exige responsabilidade empresarial direta, capacidade econômico-financeira individualizada, assunção de riscos patrimoniais e exploração econômica contínua de área pública, características que não se coadunam com a lógica operacional e jurídica das cooperativas.

6.4.5. Dessa forma, a vedação à participação de consórcios e cooperativas visa assegurar maior clareza na responsabilização, eficiência na gestão e fiscalização do contrato, segurança jurídica na execução da concessão e preservação do interesse público, sem prejuízo à competitividade do certame, uma vez que o objeto não demanda estrutura associativa para sua adequada execução.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Pelas características do objeto da licitação, que visa a **CONCESSÃO DO USO DE ÁREAS COM INVESTIMENTO DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DE HANGARES PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE HANGARAGEM DE AERONAVES PRÓPRIAS E/OU DE TERCEIROS E/OU OFICINA DE MANUTENÇÃO DE AERONAVES E/OU OPERAÇÃO DE TAXI AÉREO** NOS AEROPORTOS DE JI-PARANÁ, CACOAL, VILHENA E GUAJARÁ MIRIM DO ESTADO DE RONDÔNIA, à título oneroso **FICA VEDADO** a reserva de COTA ME/EPP, uma vez que a futura concessionária deverá dispor de infraestrutura e logística do objeto licitado o que irá requerer a disponibilidade de considerável patrimônio e capital para a execução do investimento da área, bem como, pagamento do área mensal a ser concedida para a exploração comercial de hangares.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

8.1. De acordo com o art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data que anteceder a abertura da sessão pública, devendo o licitante mencionar o número da CONCORRÊNCIA, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: coobr.supel@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pela Comissão de Obras, pelo telefone (069) 3212-9243, para não tornar sem efeito).

8.2. A decisão do Presidente da Comissão quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.gov.br/compras, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial (www.rondonia.ro.gov.br/supel) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Presidente(a), na forma do art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

8.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da licitação, hipótese em que tal comunicação poderá ser considerada intempestiva.

9. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

9.1. A licitação de CONCORRÊNCIA será realizada em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

9.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação nesta CONCORRÊNCIA deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do Portal de Compras do Governo Federal COMPRASGOV (www.gov.br/compras).

9.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Estado de Rondônia, ao provedor do sistema ou a SUPEL/RO, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

9.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a CONCORRÊNCIA.

9.5. A participação na CONCORRÊNCIA se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

9.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

9.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

a) Condições de participação:

a.1) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

a.2) Declaração que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

b) Declarações para fins de habilitação:

b.1) De que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

b.2) Inexiste impedimento à habilitação e comunica a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

b.3) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b.4) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b.5) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

c.1) De que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

c.2) De que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

d) Profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

d.1) De que participa da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

10. DO REGISTRO DA PROPOSTA E ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1. A participação na Concorrência dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, a proposta de preço e os documentos de habilitação em suas respectivas etapas, conforme exigências do Edital.
- 10.2. Os envios da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.
- 10.3. Quando for o caso, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 10.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, de acordo com a LC nº 123/06, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.
- 10.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 10.5. Até antes da abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada no sistema;
- 10.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 10.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Comissão de Obras e para acesso público após o encerramento do envio de lances, bem como a documentação referente a habilitação do licitante classificado será disponibilizada ao encerramento da fase de habilitação.
- 10.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento das respectivas fases, no prazo definido pela Comissão de Obras, sendo de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado a critério do Agente de Contratação.
- 10.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 10.9.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da Comissão de Obras, via sistema.
- 10.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.11. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão de Obras suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 10.13. Será realizada a consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública estadual.
- 10.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 10.15. O licitante poderá sofrer sanções caso não apresente a documentação exigida para o certame, nos termos do art. 155, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 11.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 11.1.1. Valor **unitário/global** do item ou do lote (se for o caso);
- 11.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia, especificações técnicas e descritivos necessários à compreensão e análise da proposta em sua integralidade.
- 11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.
- 11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.
- 11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 11.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 11.6. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma COMPRAS.GOV, deverá ser considerado o descritivo do Edital e seus anexos.

12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- a) Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedor – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- b) Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, na respectiva fase, quando solicitado, contendo a Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação, devidamente assinada pelo representante legal (**ANEXO VIII**) a seguir informada:

12.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 12.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 12.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;
- 12.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- 12.1.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em

vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores dos seus administradores;

12.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

12.1.6. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.476, de 11/04/2023;

12.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.

12.1.9. As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro).

12.1.10. Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009 (**ANEXO IX** e **ANEXO X**), acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho.

12.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

12.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.2.4. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

12.2.6. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.2.7. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública estadual.

12.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA.

12.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

12.3.1.1. Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem plano de recuperação devidamente homologado pelo Juízo competente, em conformidade com a Orientação Administrativa 02 da Procuradoria Geral do Estado de Rondônia (Portaria nº 346 de 30 de julho de 2024). A documentação comprobatória deverá ser anexada à proposta, sob pena de inabilitação.

12.3.2. Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.3.2.1. Os documentos acima mencionados limitar-se-ão ao último exercício, no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.3.3. Com base nos dados constantes no BALANÇO PATRIMONIAL apresentado, a Comissão de Contratação de Obras verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

a) A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores a 1,00 (um inteiro);

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais. Capital Social ou Patrimônio Líquido de **5% (cinco por cento)** do valor estimado para o grupo no qual estiver participando.

12.3.4. As LICITANTES constituídas no exercício de 2026, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Comissão de Contratação de Obras, possa verificar se a licitante possui:

a) Capital Social de no mínimo **5% (cinco por cento)** do valor estimado para o grupo no qual estiver participando.

12.3.5. É facultada a Comissão de Obras usar da prerrogativa da realização de diligência prevista em lei, para fins de aferição dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta, em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, conforme § 3º do art. 69 da Lei 14.133/21.

12.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.4.1. Conforme art. 67. da Lei Federal n. 14.133/21, a documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

a) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

b) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12.4.1.1. Os itens I, II, IV e V do Art. 67 da Lei Federal n. 14.133 não se enquadra como critério de qualificação técnica tendo em vista que o objeto trata-se de CONCESSÃO DO USO DE ÁREAS.

12.4.1.2. Eventuais autorizações, certificações ou requisitos técnicos específicos vinculados às atividades a serem exploradas, como hangaragem, manutenção aeronáutica ou operação de táxi aéreo, deverão ser observados pelo concessionário no momento oportuno, perante os órgãos reguladores competentes, e diante de verificação e aprovação pela concedente.

12.5. OUTROS DOCUMENTOS

12.5.1. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

- 12.5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do exigido pelo art. 63, IV c/c art. 92, XVII, da Lei Federal n. 14.133, de 2021;
- 12.5.3. Declaração de que atende o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, ou seja, de que não possui em seu quadro, funcionários menores de dezoito anos que exerçam trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não possui nenhum funcionário menor de dezois anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Será aceita declaração eletrônica, realizada no sistema de compras utilizado pelo Estado de Rondônia;
- 12.5.4. Apresentar declaração de Inexistência de proibição de contratar com a administração - certidão negativa da Controladoria Geral do Estado - CAGEFIMP;
- 12.5.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto a ser contratado;
- 12.5.6. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 12.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas;
- 12.6.1. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.6., os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens elencados no item 12 deste Edital, para fins de habilitação.
- 12.6.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 12.6.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.
- 12.6.4. A verificação pelo(a) presidente, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 12.6.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13. A ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 13.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico COMPRASGOV, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 13.2. A Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 13.3. Também será desclassificada a proposta que, através do próprio sistema ComprasGov., identifique o licitante. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.
- 13.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 13.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 13.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas registradas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 13.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 13.8. O lance deverá ser ofertado pelo valor global proposto.
- 13.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 13.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 13.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de 1% (um por cento)**.
- 13.12. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 13.13. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.
- 13.14. Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.
- 13.15. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a Comissão de Contratação no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 13.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão de Contratação persistir por tempo superior a **00:30 (trinta minutos)**, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas **24:00 (vinte e quatro horas)** após a comunicação do fato aos participantes, no quadro de avisos do sistema COMPRASGOV.
- 13.17. Durante a fase de lances não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 13.18. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre os licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.
- 13.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021., nesta ordem:
- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;
 - c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

13.20. **Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO pelo próprio sistema ComprasGov.** nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

13.21. Subsidiariamente a utilização do subitem 13.20, caso necessário, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site sorteador.com.br (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 10.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

13.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Presidente poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

13.23. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.24. Quando houver apenas um item por lote, o sistema ao final da sessão de disputa automaticamente atualizará a proposta do fornecedor pelo melhor lance ofertado. No entanto quando se tratar de mais de um item por lote a Comissão de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02:00 (duas horas)**, envie, através do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.25. Após a negociação do preço, a Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Obras examinará a proposta provisoriamente em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares.

14.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

14.3. Para evitar contratações com preços manifestamente inexequíveis na execução dos contratos, serão desclassificadas as propostas ou lances vencedores, cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, conforme § 4º do art. 59 da Lei 14.133 de 2021.

14.3.1. A Comissão de Obras, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

14.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24:00 (vinte e quatro horas)** de antecedência.

14.5. A Comissão de Obras poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **24:00 (vinte e quatro horas)**, sob pena de não aceitação da proposta.

14.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Comissão de Obras por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Comissão.

14.7. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Comissão de Obras, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Comissão de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

14.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão de Obras examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.8.1. Se tratando de LOTE, a desclassificação de um único item do lote implicará na desclassificação da proposta para todo o lote, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os itens que compõem o lote.

14.9. Havendo necessidade, a Comissão de Obras suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

14.10. A Comissão de Obras poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.11. Também nas hipóteses em que a Comissão de Obras não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14.12. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes pelo “chat”.

15. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

15.1. Para o julgamento da proposta, será adotado o critério de **MAIOR VALOR, conforme ITEM 9.2 do TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I deste Edital)**, observados o valor máximo aceitável para adjudicação, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

15.2. A Comissão de Obras anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de maior valor imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Comissão de Contratação acerca da aceitação do lance de maior valor.

15.3. Se a proposta de maior vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Comissão de Obras poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

15.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

15.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

15.6. Serão rejeitadas as propostas que:

15.6.1. Sejam incompletas, isto é, não contiverem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material lícitado;

- 15.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão da Comissão de Contratação.
- 15.6.3. Da sessão, o sistema gerará Termo de Julgamento, no qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 15.7. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.
- 15.8. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

16. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA - PROPOSTA FINAL

- 16.1. Deverá estar assinada e se possível, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legalmente credenciado e pelo responsável técnico indicado pela empresa com registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA), observando o contido na Lei nº 5.194, de 24.12.66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR.
- 16.2. Carta endereçada à Comissão de Obras, em papel timbrado da empresa, contendo: nome, endereço, número da Concorrência, conforme modelo (ANEXO V), devidamente assinada pelo representante legal da licitante.
- 16.3. Para cada área, deverá ser apresentado pelas proponentes o respectivo valor conforme a Planilha de **TABELA DE PREÇOS ESPECÍFICOS MENSAIS, PARA OCUPAÇÃO DE ÁREAS AEROPORTUÁRIAS POR M²** contida no **ANEXO III** deste Edital, se atentando as observações nela contida.
- 16.4. As áreas disponíveis no **subitem 5.2.** deste Edital a serem concedidas deverão, preferencialmente, serem arrematadas na sequência da ordem das áreas dos itens a serem licitados para cada Aeroporto devido ao cercamento operacional e as vias de acesso aos hangares que são de responsabilidade dos concessionários sem ônus ao DER, e não farão parte da amortização.
- 16.5. O indicador econômico adotado será o valor global da outorga, correspondente ao montante total projetado da receita ao longo do prazo contratual da concessão, calculado com base nos valores ofertados por metro quadrado (R\$/m²) para as áreas edificadas e não edificadas de cada item licitado.
- 16.6. O valor global da proposta será apurado mediante a seguinte fórmula:
- 16.7.
$$\text{Valor Global da Proposta} = [(\text{Valor mensal ofertado por m}^2 \text{ da área edificada} \times \text{área edificada}) + (\text{Valor mensal ofertado por m}^2 \text{ da área não edificada} \times \text{área não edificada})] \times 240$$
- 16.8. O parâmetro de comparação entre as propostas será o maior valor global ofertado para a outorga, respeitados os valores mínimos de referência e as áreas correspondentes a cada item licitado.
- 16.9. Será classificada em primeiro lugar a proposta que apresentar o maior valor global de outorga, desde que atendidas integralmente as exigências de habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira previstas.
- 16.10. Não serão aplicados pesos, fatores de ponderação ou critérios técnicos de pontuação, uma vez que a habilitação técnica possui caráter eliminatório, restringindo-se o julgamento ao critério econômico-financeiro objetivo do maior valor global ofertado.
- 16.11. As **propostas terão validade de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 16.12. Na proposta deverão constar o valor unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este termo, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final do objeto desta concessão.
- 16.13. A empresa deverá indicar, em sua Proposta de Preços, o **Banco, Agência e número da Conta Corrente**, onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso esta seja vencedora deste certame.
- 16.14. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida.

17. DOS RECURSOS

- 17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.
- 17.2. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 17.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.
- 17.3.1. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 17.3.2. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA.
- 17.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, com base no art.º 165 da Lei nº 14.133/21, ficando as demais LICITANTES, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 17.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 17.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 17.8. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 19.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.
- 19.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.
- 19.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.
- 19.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 20.1. **O prazo da vigência contratual da Concessão será de 240 (duzentos e quarenta) meses**, contados a partir da data de publicação do Extrato do Contrato de Concessão no Diário Oficial do Estado de Rondônia- DOE, considerando inclusive o prazo de amortização dos investimentos, contados a partir da data do início da vigência do Contrato de Concessão de uso de área, revertendo, ao final, as benfeitorias para a Administração Pública.
- 20.2. A contratada deverá realizar a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.
- 20.3. O prazo de Concessão poderá ser prorrogado, observado o interesse do Estado, mediante solicitação fundamentada da empresa Concessionária, justificando os motivos da prorrogação pretendida e devidamente autorizada pela Autoridade Competente do Concedente (DER/RO).
- 20.4. O Contrato poderá ser prorrogado, conforme as diretrizes do Art. 146 do Decreto Estadual n. 28.874/2024.
- 20.5. A prorrogação que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- a) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse no contrato.
 - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato com informações da concessão ter sido prestadas regularmente.
 - c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.
 - d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 20.6. A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o Art. 104 da Lei Federal n. 14.133/21.
- 20.7. Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até **25 (vinte e cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até **45 (quarenta e cinco) dias úteis** após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados, conforme exposto no Art. 94, § 3º, da Lei 14.133/21.

21. DO LOCAL/DOS PRAZOS

- 21.1. O local da concessão de área será no:
- I - Aeroporto de Ji-Paraná: localizado na Av. Brasil, 8930 - Zona Rural, Ji-Paraná - RO, 76909-899.
 - II - Aeroporto de Cacoal; Localizado na Linha E - Aeroporto, Cacoal - RO, 76962-000
 - III - Aeroporto de Vilhena: localizado na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 6650, situado no município de Vilhena/RO.
 - IV - Aeroporto de Guajará-Mirim/RO (SBGM): localizado na Estrada do Palheta, S/N, Município de Guajará-Mirim/RO, CEP: 76850-000.
- 21.2. **O prazo da vigência contratual da Concessão será de 240 (duzentos e quarenta) meses**, contados a partir da data de publicação do Extrato do Contrato de Concessão no Diário Oficial do Estado de Rondônia- DOE, considerando inclusive o prazo de amortização dos investimentos, contados a partir da data do início da vigência do Contrato de Concessão de uso de área, revertendo, ao final, as benfeitorias para a Administração Pública.
- 21.3. O prazo de Concessão poderá ser prorrogado, observado o interesse do Estado, mediante solicitação fundamentada da empresa Concessionária, justificando os motivos da prorrogação pretendida e devidamente autorizada pela Autoridade Competente do Concedente (DER/RO).
- 21.4. **O prazo de para elaboração do projeto e aprovação são de 60 (sessenta) dias**, sendo:
- a) 30 (trinta) dias apresentação do projeto
 - b) 10 (dez) dias análise fiscalização do DER.
 - c) 20 (vinte) dias correções, caso houver
- 21.5. **O prazo de execução da obra será de 120 (cento e vinte) dias.**

22. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 22.1. O CONCESSIONÁRIO deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a **1% (um por cento)** do valor global do Termo de Contrato, em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o previsto na Lei Federal n. 14.133, de 2021 e suas alterações;
- 22.2. A fiança bancária deverá ser emitida por estabelecimento sediado ou legalmente representado no Brasil, para ser cumprida e exequível em qualquer cidade do Brasil.
- 22.3. Se a opção de garantia recair em **caução em dinheiro**, seu valor será depositado em conta corrente específica indicada pela Contratante para tal fim;
- 22.4. Se a opção de garantia recair em **título da dívida pública**, este deve ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliado pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 22.5. Se a opção de garantia se fizer em **seguro-garantia** ou **fiança bancária**, esta deverá conter expressamente a cláusula de prazo de validade igual ou superior ao prazo de execução do contrato;
- 22.6. Se a opção de garantia se fizer em **Título de capitalização**, deverá ser custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total, em conformidade com o previsto na Lei n. 14.770/23.
- 22.7. No caso de posterior alteração ou reajuste no valor do contrato, o CONCESSIONÁRIO ficará obrigada, caso necessário, a providenciar a complementação ou substituição da garantia, conforme a modalidade que tenha escolhido, devendo fazê-lo no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da notificação expedida pelo DER/RO;

- 22.8. Se a garantia apresentada, conforme o caso, deixar de ser hábil para o fim a que se destina, a Administração notificará o CONCESSIONÁRIO, para que a substitua no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação;
- 22.9. Se o CONCESSIONÁRIO desatender qualquer dos prazos acima referidos incorrerá na multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados Administração, salvo na ocorrência de motivo aceitável justificado tempestivamente até o último dia de prazo. Nesse caso, será indicado novo prazo à CONCESSIONÁRIA, o qual, se descumprido, acarretará a aplicação da penalidade acima referida;
- 22.10. A garantia e seus reforços responderão pelo inadimplemento das condições contratuais, pela execução incompleta do objeto e por eventuais multas ou penalidades, independentemente de outras cominações legais;
- 22.11. Uma vez aplicada a multa ao CONCESSIONÁRIO e realizado o desconto do valor apresentado como garantia, a Administração poderá convocá-la para que complemente aquele valor inicialmente oferecido;
- 22.12. Após o término da concessão, a garantia prestada será liberada ou restituída ao CONCESSIONÁRIO, de acordo com a forma de prestação;
- 22.13. O valor da caução feita em dinheiro será atualizado monetariamente e restituído mediante crédito na mesma conta corrente utilizada para liquidação da despesa decorre da execução do Contrato;
- 22.14. Os documentos que constituem o seguro-garantia e/ou a fiança bancária serão devolvidos ou baixados na mesma forma como foram prestados.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

- 23.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei Federal n. 14.133/21;
- 23.2. Acompanhar o CONCESSIONÁRIO na visita técnica a Unidade Comercial nas dependências do Aeroporto relativa ao objeto de concessão;
- 23.3. Proporcionar todas as facilidades para que o CONCESSIONÁRIO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 23.4. Exigir o imediato afastamento e/ou substituição de qualquer empregado ou preposto do CONCESSIONÁRIO que não mereça confiança no desempenho dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização e que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas;
- 23.5. Relacionar-se com o CONCESSIONÁRIO exclusivamente por meio de pessoa por ela proposta para fins de notificações;
- 23.6. Fornecer ao CONCESSIONÁRIO todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços e demais informações que venham a ser solicitadas;
- 23.7. Notificar por escrito ao CONCESSIONÁRIO da ocorrência de eventuais imperfeições durante a execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 23.8. Após a execução da obra será realizada um vistoria in loco pelo DER para verificar a atual condição das áreas construída, se os mesmos estão conforme os projetos previstos pelo concessionário;
- 23.9. Após o período de concessão estipulado no edital, será realizada um vistoria in loco pelo DER para verificar a atual condição das áreas concedidas, bem como, se os mesmos estão em boas condições de entrega pelo concessionário.

24. DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

- 24.1. Utilizar a área concedida exclusivamente para exploração do objeto deste Edital;
- 24.2. Obter junto aos órgãos competentes, às suas expensas, todas as licenças, autorizações e aprovações para implantação do empreendimento e desenvolvimento das atividades.;
- 24.3. Providenciar as adequações necessárias ao funcionamento da atividade a que se destina a área do objeto desta licitação, observando os procedimentos estabelecidos neste Edital, no Termo de Referência (**ANEXO I** deste Edital), fundamentado pelo Estudo Técnico Preliminar 19 (**ANEXO II** deste Edital) e seus anexos;
- 24.4. Apresentar Licenças prévia, instalação e operação e/ou declaração de atividade isenta para licenciamento, emitida pela órgão ambiental;
- 24.5. A guarda, o controle de acesso e a segurança da área concedida serão de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO, não cabendo a CONCEDENTE qualquer ressarcimento por roubos, furtos ou danos, inclusive os causados a terceiros.
- 24.6. Submeter ao cumprimento incondicional das disposições emanadas pelas Autarquias, Instituições, Órgãos Municipais, Estaduais e Federais, bem como de organismos Internacionais, isentando a CONCEDENTE de qualquer sanção decorrente de qualquer infração perante àqueles.
- 24.7. Providenciar o transporte e a correta destinação dos resíduos de construção civil gerado no local. Não será permitido depósito destes resíduos dentro da área patrimonial do Aeroporto.
- 24.8. Apresentar quando necessário o Certificado de Homologação/Autorização de Funcionamento expedido pela Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC, juntamente com a publicação da outorga/portaria vigente no Diário da União – DOU, caso seja exigência para a atividade a ser desenvolvida.
- 24.9. Manter vigente, durante a vigência deste Contrato, a Outorga/Portaria publicada no Diário Oficial da União – DOU, expedida pela Agência Nacional da Aviação Civil – ANAC, dos serviços realizados na área concedida.
- 24.10. Comunicar formalmente ao DER e Administração do Aeroporto, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, o dia e hora do início das atividades.
- 24.11. Realizar serviços de lavagem e manutenção preventiva e/ou corretiva de equipamentos em espaço devidamente adequado para esse fim.
- 24.12. Observar o correto descarte ou tratamento de líquidos contaminados por substâncias poluentes (óleo, combustível, graxa, dentre outros), em consonância com a legislação ambiental, além de respeitar as Áreas de Proteção Permanente - APPs, porventura existentes no entorno da área concedida.
- 24.13. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 24.14. Fica obrigado o CONCESSIONÁRIO realizar toda manutenção, conservação e preservação do hangar concedido sem ônus ao DER, bem como, entregar a área concedida em condições de uso após exaurida a vigência contratual.
- 24.15. O prazo para assinatura do contrato será de 5 (cinco) dias corridos, contados a partir da data de recebimento.
- 24.16. Elaborar o Plano de Segurança de Empresa de Serviços Auxiliares ou Explorador de Área Aeroportuária (PSESCA), manter vigente, e em conformidade com o regulamento da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;
- 24.17. Manter os critérios de pagamentos em dia, conforme previsto no **item 30** deste Edital.
- 24.18. Apresentar sempre que houver projeto, obra ou reforma a respectiva e correspondente Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs/Registro de Responsabilidade Técnica -RRT.
- 24.19. Os profissionais com vínculo profissional deverão estarem aptos a serem Credenciados no respectivo Aeroporto, conforme previsto Instrução Suplementar nº 107 a qual estabelece um padrão Internacional de Segurança com requisitos de controle de acesso as áreas restritas do Aeroporto de Forma

Temporária e Permanente. Os custos das Credenciais é de responsabilidade de Contratada, sem ônus para o DER.

24.20. O Credenciamento de Pessoas de Forma Temporária (até 90 dias) necessita dos documentos listados abaixo, dentre outros solicitado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC):

- a) Preenchimento do formulário de Requerimento de Credenciamento - SISCAER (Link) - É o cadastro digital feito na Polícia Federal obrigatório para a obtenção de uma credencial aeroportuária (temporária ou permanente).
- b) Solicitação formal pelo empregador, devidamente cadastrado na Administração do Aeroporto;
- c) Documento de identificação válido com foto;
- d) Termo de responsabilização da pessoa com credencial permanente que acompanhará o solicitante durante a permanência deste em ARS ou AC (fornecido no ato da entrega da credencial)

24.21. O Credenciamento de Pessoas de Forma Permanente (Acima de 90 dias) necessita dos documentos listados abaixo, dentre outros solicitado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC):

- a) Documentos pessoais com foto válido e original;
- b) Comprovante de residência;
- c) Carteira de Trabalho;
- d) Comprovante de tipagem sanguínea;
- e) Antecedentes sociais pela Justiça Estadual (Link) levantados na localidade de domicílio do credenciado, certidão negativa junto aos órgãos de justiça que comprovem a idoneidade do solicitante
- f) Certidão de distribuição da justiça federal (Criminal) (Link)
- g) Certificado dos Cursos Exigidos: Conscientização em AVSEC Disponibilizado pelo próprio Aeroporto.
- h) Termo de responsabilidade do credenciado (fornecido no ato da entrega da credencial (preenchido no Aeroporto)

24.22. Em casos de veículos e/ou equipamentos de caráter temporário que serão utilizados no lado ar do Aeroporto necessitam dos documentos listados abaixo, dentre outros solicitado pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC):

- a) Formulário (fornecido pelo credenciamento);
- b) Documentação válida do veículo e/ou equipamento de acordo com a legislação pertinente;
- c) Termo de responsabilidade assinado por representante da entidade, quanto ao uso adequado das autorizações e às possíveis penalidades nos casos de uso indevido;
- d) Apresentação de Apólice de seguro correspondente;
- e) A Apólice do Seguro deve ser específica para circulação de veículos/equipamentos dentro do pátio de manobras.

24.23. Estar o prestador de serviço devidamente identificado e usando todos os equipamentos de proteção individual cumprindo os requisitos da legislação vigente conforme as Normas Regulamentadoras (NR);

24.24. O CONCESSIONÁRIO deverá providenciar, sem ônus para o DER/RO e no interesse da segurança dos usuários do Aeroporto e do seu próprio pessoal, o fornecimento de E.P.I. (Equipamentos de Proteção Individual) adequados ao serviço e de outros dispositivos de segurança a seus empregados, bem como a sinalização diurna e noturna nos níveis exigidos pelas Normas do DER/RO, DNIT, da ABNT e do Ministério do Trabalho;

24.25. O CONCESSIONÁRIO deverá respeitar as normas relativas a proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas, e a acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em conformidade com o Art. 45, V e VI, da Lei Federal n. 14.133/21;

24.26. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, regularidade ambiental, tributária e trabalhista de seus empregados, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação e ainda por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em virtude da execução dos serviços a seu cargo, respondendo por si e por seus sucessores.

24.27. Levar, imediatamente ao conhecimento da fiscalização do CONCEDENTE qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução do contrato, para adoção das medidas cabíveis, bem como, comunicar por escrito e de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venha a ocorrer;

24.28. Cumprir e fazer cumprir, na área concedida, os requisitos definidos nos regulamentos da ANAC, instruções do COMAER e demais normas vigentes da aviação civil;

24.29. Registrar, arquivar nas dependências dos Hangares e manter atualizadas as informações e os documentos que comprovem o cumprimento dos requisitos exigidos no regulamento vigente e neste instrumento;

24.30. Manter a segurança operacional dentro de níveis aceitáveis pela ANAC;

24.31. Prover treinamento a todo pessoal cuja atividade influencie a segurança operacional, de modo a adequar suas atividades às características específicas do aeródromo;

24.32. Implementar ações mitigadoras que garantam a segurança das operações aéreas e aeroportuárias;

24.33. Levar imediatamente ao conhecimento da CONCEDENTE quaisquer irregularidades ocorridas;

24.34. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo CONCEDENTE;

24.35. Durante a vigência do contrato, qualquer alteração de atividade o concessionário deverá informar e encaminhar do DER as documentações pertinentes e necessárias para a atividade desenvolvida.

25. DOS RISCOS EXCLUSIVOS DO CONCESSIONÁRIO

25.1. Investimentos, custos ou despesas adicionais decorrentes da elevação dos custos operacionais e de compra ou manutenção dos equipamentos;

25.2. Não efetivação da demanda projetada ou sua redução por qualquer motivo;

25.3. Estimativa incorreta do cronograma de execução dos investimentos;

25.4. Prejuízos decorrentes de falha de segurança no local da realização das adequações;

25.5. Mudança na legislação tributária que aumente o custo total da adequação, em benfeitorias fixas/permanentes, para além do investimento mínimo previsto no estudo realizado pelo Concessionário;

25.6. O valor da construção que exceda ao valor previsto no subitem 3.10.2.7. deste Edital;

25.7. Aumento de preços nos insumos para a execução das adequações;

25.8. Aumento do custo de capital, inclusive os resultantes de aumento das taxas de juros;

- 25.9. Variação da taxa de câmbio;
- 25.10. Variação da demanda pelos serviços prestados no aeroporto;
- 25.11. Inadimplência dos clientes pelo pagamento dos serviços prestados pelo Concessionário;
- 25.12. Prejuízos a terceiros causados direta ou indiretamente pelo Concessionário ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ele vinculado, em decorrência de adequações/benfeitorias ou prestação de serviços;
- 25.13. Prejuízos decorrentes de erros na realização das benfeitorias que ensejem a necessidade de refazer parte ou a totalidade das adequações;
- 25.14. Atrasos decorrentes da não obtenção de autorizações, licenças e permissões da Administração Pública Federal, Estadual e/ou Municipal exigidas para construção das novas instalações;
- 25.15. Mudanças dos projetos apresentados pelo Concessionário que não tenham sido solicitadas pelo DER. É de responsabilidade do Concessionário as correções de inconformidades advindas da fase de validação de projetos;
- 25.16. Mudanças tecnológicas implantadas pelo Concessionário e que não tenham sido solicitadas pelo DER, em função das correções de inconformidades advindas da fase de validação de projetos;
- 25.17. Greves realizadas por empregados contratados pelo Concessionário ou pelas subcontratadas e prestadoras de serviços ao Concessionário;
- 25.18. Custos de ações judiciais de terceiros contra o Concessionário ou subcontratadas decorrentes da execução da exploração da área;
- 25.19. Responsabilidade civil, administrativa e criminal por danos ambientais;
- 25.20. Quaisquer outros riscos afetos à execução do objeto da concessão de área, que não estejam expressamente previstos;
- 25.21. A construção da cerca, implantação de portões e vias de acesso ao hangar será de responsabilidade do CONCESSIONÁRIO sem ônus para o DER;
- 25.22. O Concessionário declara ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ele assumidos no contrato e ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta e assinatura do Contrato de Concessão de Uso de Área;
- 25.23. Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao DER ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, se for o caso, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

26. DA MATRIZ DE RISCOS

26.1. O Mapa de Riscos, bem como a análise de riscos são apresentadas em Relatório Mapa da Matriz de Risco e Análise de Riscos (ANEXO XII deste Edital), conforme transcrito abaixo:

CONCESSÃO DO USO DE ÁREAS COM INVESTIMENTO DESTINADAS À IMPLANTAÇÃO DE HANGARES PARA EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE HANGARAGEM DE AERONAVES PRÓPRIAS E/OU DE TERCEIROS E/OU OFICINA DE MANUTENÇÃO DE AERONAVES E/OU OPERAÇÃO DE TAXI AÉREO NOS AEROPORTOS DE JI-PARANÁ, CACOAL, VILHENA E GUAJARÁ MIRIM DO ESTADO DE RONDÔNIA, À TÍTULO ONEROSO. Processo SEI Nº 0009.009336/2024-33											
IDENTIFICAÇÃO DE RISCO			NÍVEL DE RISCO			ALOCACÃO DO RISCO	AÇÃO PREVENTIVA	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA			
RISCO	CAUSA DO RISCO	CONSEQUÊNCIA(S)	BAIXO	MEDIO	ALTO						
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP - (§ 1º, Art. 18, Lei 14.133/2021)											
Demasiados erros na elaboração do ETP	Falta de conhecimento técnico e/ou pesquisas na Elaboração do ETP	<ul style="list-style-type: none">• Prejuízo na arrecadação de receitas• Prejuízo para a instituição• Atraso no processo de contratação	BAIXO			DER-CIA	<ul style="list-style-type: none">• Pesquisas eficientes e aprofundadas para encontrar a melhor solução de contratação	<ul style="list-style-type: none">• Participação de cursos relativos à elaboração de ETP			
Atraso e morosidade na tramitação do processo	Deixar de acompanhar ou atrasar o andamento do processo	<ul style="list-style-type: none">• Prejuízo na arrecadação de receitas• Perda de recursos disponibilizados• Atraso no processo de contratação		MÉDIO		DER-GEL/DER-CIA	<ul style="list-style-type: none">• Primar pelo princípio da eficiência, celeridade, racionalidade e razoabilidade• Evitar burocracia• Evitar a morosidade	<ul style="list-style-type: none">• Acompanhar a tramitação do processo			
ETAPA DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL											
Atraso e morosidade nas análises e parecer	Alta demanda de processos de contratação	<ul style="list-style-type: none">• Atraso no processo de contratação• Perda na arrecadação de receitas			ALTO	DER-GEL/DER-PGE/SUPEL	<ul style="list-style-type: none">• Definir prazos razoáveis para análise• Primar pelo princípio da eficiência, celeridade, racionalidade e razoabilidade	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar os pareceres e análise com celeridade e eficiência			

Atraso e morosidade para elaboração de edital e julgamento das propostas	Alta demanda de processos	<ul style="list-style-type: none"> Atraso no processo de contratação 			ALTO	SUPEL	<ul style="list-style-type: none"> Primar pelo princípio da eficiência, celeridade, racionalidade e razoabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer prazos 			
Atraso e morosidade em função de recurso, impugnações e pedidos de esclarecimentos	Deixar de acompanhar ou atrasar o andamento do processo	<ul style="list-style-type: none"> Constantes avisos adiamento do certame por falta de tempo hábil Atraso no processo de contratação Perda na arrecadação de receitas 			ALTO	DER-CIA/SUPEL	<ul style="list-style-type: none"> Cumprir os prazos determinados pela legislação Evitar de mandar os pedidos de impugnação e esclarecimentos para o setor demandante no último dia do prazo estabelecido Em casos de impugnações por erros nos documentos técnicos, solicitar aos responsáveis técnicos que procedam com as correções Primar pelo princípio da eficiência, celeridade, racionalidade e razoabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Priorização na análise e respostas dos recursos, pedidos de impugnação e esclarecimentos do certame 			
O certame licitatório restar deserto, caso nenhuma empresa se interesse por sua execução ou fracassado, caso nenhuma das propostas apresentadas estejam dentro dos parâmetros estimados pela Administração	Empresas desinteressadas ou propostas fora dos parâmetros	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de republicação da licitação ou da realização de dispensa de licitação, impactando no planejamento estratégico e orçamentário Atrasos para início e, consequentemente, perda na arrecadação de receitas 			ALTO	SUPEL e DER	<ul style="list-style-type: none"> Correto planejamento das exigências postas para a contratação 	<ul style="list-style-type: none"> Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta ou revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame. 			

A empresa vencedora do certame quando convocada, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente.	Contratada não assinar o instrumento de contrato	<ul style="list-style-type: none"> Atrasos para início e, consequentemente, Perda na arrecadação de receitas 	BAIXO			DER	<ul style="list-style-type: none"> Prever, dentre as cláusulas contratuais, sanções que contemplem esta situação. Observar o prazo de validade da proposta apresentada na fase de licitação e enviar o contrato para assinatura dentro do prazo de vigência da proposta. Nos termos de art. 90 da Lei 14.133/2021, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor. 	<ul style="list-style-type: none"> Aplicar as sanções previstas na contratação 			
---	--	---	-------	--	--	-----	---	---	--	--	--

ETAPA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Empresa sem profissionalismo	Contratada deixar de cumprir o que é estabelecido no contrato	<ul style="list-style-type: none"> Perda na arrecadação de receitas Baixa qualidade na execução dos serviços Não cumprimento de cláusulas contratuais Transtornos à comunidade 		MÉDIO		CONTRATADA	<ul style="list-style-type: none"> Exigir atestados de capacidade técnica Exigir habilitação Técnica Reunião Prévia anterior à execução do contrato 	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização mais atuante Advertências Notificação 			
Deixar de acompanhar a execução o contrato	Fiscalização e Gestão não acompanhar o contrato	<ul style="list-style-type: none"> Perda de prazos Não cumprimento de cláusulas contratuais 	BAIXO			FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	<ul style="list-style-type: none"> Reuniões e visitas técnicas com a contratada sobre dúvidas de surgir Acompanhar a execução do contrato 	<ul style="list-style-type: none"> Fiscalização e gestão do contrato mais atuante 			

Deixar de pagar em dias a concessão de área	Contratada deixar de cumprir o que é estabelecido no contrato	<ul style="list-style-type: none"> • Prejuízo na arrecadação de receitas 	BAIXO			CONTRATADA	<ul style="list-style-type: none"> • Prever, dentre as cláusulas do contrato, que a Contratada deverá pagar até o 20º dia do mês o que tange área concedida; • Notificar a Contratada, caso sejam verificadas irregularidades em relação aos repasses a serem pagos • Em caso de persistência da irregularidade, instaurar processo para aplicação das sanções previstas na contratação • Exigir o cumprimento das normas estabelecidas no edital 	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscalização mais atuante • Advertências • Notificação • Penalidade 			
---	---	---	-------	--	--	------------	---	--	--	--	--

27. DA SUBCONTRATAÇÃO

27.1. Fica **VEDADA** a subconcessão total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto e/ou obrigações inerentes, bem como a a fusão, cisão ou incorporação. A união de esforços se faz necessária apenas na questão de alta complexidade e de relevante vulto, que impeçam a participação isoladas de empresas, o que não é o caso do objeto em questão.

27.2. Diante disto não se faz necessária a subconcessão/cessão ou transferência já que a empresa demandando poderá desempenhar o serviço sem a pretensão de subcontratar outra empresa.

28. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

28.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços de manutenção corretiva e preventiva nos aeroportos, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do Contrato, o qual caberá prestar as informações necessárias sobre a prestação de serviços e eventuais ocorrências visando efetuar os registros em livro próprio e tomadas as providências para solução dos fatos apontados

28.2. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas, sendo estas não exaustivas:

- Exigir da CONCESSIONÁRIA o fiel cumprimento do objeto do Contrato, de acordo com as especificações da contratação, assim como o pronto atendimento das solicitações.
- Verificação da funcionalidade dos equipamentos e materiais utilizados na execução do serviço.
- Estando os serviços em conformidade, os documentos de cobrança deverão ser atestados pela fiscalização do Contrato e enviados ao setor competente para o devido pagamento.
- Em caso de não conformidade, a CONCESSIONÁRIA será notificada por escrito ou, dependendo do grau da inconformidade, via telefone, sobre as irregularidades apontadas para as providências do art. 119 da Lei Federal n. 14.133/2021 e suas alterações, no que couber.
- Fazer exigências à CONCESSIONÁRIA, sempre que julgar necessário, para a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades e de terceiros, assim como dos seus bens, das suas propriedades e do meio ambiente.

28.3. A fiscalização da Administração terá livre acesso aos locais de trabalho da mão-de-obra da CONCESSIONÁRIA.

28.4. A fiscalização da Administração não permitirá que a mão-de-obra execute tarefas em desacordo com as pré-estabelecidas.

28.5. Ainda o fiscal deverá:

- Verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;
- Receber e dirimir as reclamações dos setores da Administração atingidos pela má qualidade de serviços;
- Implantar instrumentos de controle para assegurar ao órgão a qualidade dos serviços prestados, implantando, conforme o caso, formulários para sugestão/reclamação, pesquisas diretas de satisfação, e outros mecanismos que permitam aferir qualidade e satisfação;
- Orientar a CONCESSIONÁRIA, por intermédio do preposto, sobre a correta execução do contrato; e pelo mesmo meio, levar ao seu conhecimento as situações temerárias, recomendando medidas e estabelecendo prazo de resolução;
- Notificar a CONCESSIONÁRIA, data-limite para o cumprimento da obrigação e sobre possível punição;
- Interditar provisoriamente ou suspender a prestação de serviços, comunicando ao gestor as razões do incidente e as providências adotadas;
- Representar ao gestor contra irregularidades, ainda que não diretamente relacionadas à execução do contrato, mas acerca de circunstância de que tenha conhecimento em razão do ofício;
- Orientar em penalidades.

28.6. A gestão da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas, sendo esta não exaustivas:

28.7. Ao gestor do contrato se resguarda o direito de a qualquer momento verificar as condições da prestação dos serviços;

28.8. O Gestor do Contrato poderá, sempre que julgar necessário, solicitar à CONCESSIONÁRIA a apresentação de quaisquer documentos referentes aos serviços contratados;

28.9. Verificar a continuidade do cumprimento das habilitações técnicas e administrativas, da empresa que irá executar os serviços, em todos os seus aspectos.

28.10. A qualidade da execução da concessão será aferida por meio do cumprimento integral das obrigações assumidas pelo concessionário, especialmente quanto à utilização regular da área concedida, manutenção das instalações em condições adequadas de segurança e conservação, observância dos projetos aprovados, atendimento às exigências operacionais e ambientais, bem como a regularidade no pagamento da outorga mensal.

29. DO REAJUSTE E REVISÃO DA TARIFA

29.1. A INFRAERO torna pública a Tabela de Preços Específicos Mensais para Ocupação de Áreas Aeroportuárias por m², reajustados de acordo com o INPC/IBGE, a ser aplicada entre 1º de setembro deste ano de 2024 até o dia 31 de agosto de 2025 conforme Memorando nº SEDE-MEC-2024/00213. Sendo extraída do Diário Oficial da União - DOU, 24/08/2020, Seção 3, página 125, nº N° 157, publicada no "SITE" oficial da Imprensa Nacional (**ANEXO XX** deste Edital).

29.2. Os valores da outorga mensal serão reajustados anualmente, após o transcurso de 12 (doze) meses, contados da data da proposta, tendo como referência principal os valores constantes da Tabela de Preços Específicos Mensais para Ocupação de Áreas Aeroportuárias por metro quadrado (m²), emitida e atualizada anualmente pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO.

29.3. Na hipótese de inexistência de atualização da referida tabela para o período de reajuste, o valor da outorga será corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ocorrida no período anualizado do mês imediatamente anterior ao da incidência do reajuste.

29.4. No caso de extinção, substituição ou impossibilidade de utilização tabela da INFRAERO ou do INPC/IBGE, será adotado outro índice oficial que venha a ser regulamentado pelo Governo Federal, que melhor reflita a variação inflacionária do período, elegidas pelas partes.

29.5. Caso sobrevenha norma legal ou regulamentar que altere a periodicidade ou a metodologia de reajuste do preço mensal, o contrato adaptar-se-á automaticamente à nova sistemática, independentemente da celebração de termo aditivo, observada a legislação vigente.

29.6. O contrato adequar-se-á de pronto às condições que vierem a ser baixadas pelo Poder Executivo, no tocante à política econômica brasileira, se delas divergentes.

29.7. A revisão da outorga não se aplica como mecanismo ordinário de atualização, uma vez que a concessão possui objeto claramente definido, com receita exclusiva proveniente da outorga mensal pelo uso da área. Eventual revisão somente será considerada em situações excepcionais, decorrentes de fatos supervenientes e alheios às partes, que impactem de forma relevante a equação econômico-operacional originalmente pactuada, mediante análise técnica específica da Administração.

29.8. Não se admite revisão da outorga em razão de variações normais de mercado, oscilações de demanda, custos operacionais, riscos do empreendimento ou decisões empresariais inerentes à exploração econômica da área concedida.

29.9. O reajuste poderá ser realizado por simples apostilamento.

29.10. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

30. DO PAGAMENTO E MEDIÇÕES

30.1. A medição será dada de forma mensal com o depósito do valor previsto na proposta da proposta da licitante, observado o período e porcentagem da amortização.

30.2. Os pagamentos dos valores das áreas concedidas serão recebidos mensalmente até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao vencido, através de depósito bancário/transferência, por meio de crédito em conta de titularidade do Concedente devendo o comprovante ser encaminhado à Comissão de Fiscalização do Contrato do DER/RO.

30.3. O repasse dos valores será realizado por meio de crédito bancário na contra corrente do DER de cada Aeroporto conforme segue:

- a) Aeroporto Ji-Paraná: Agência 2757-X - Conta Corrente: 9881-7;
- b) Aeroporto Cacoal: Agência 2757-X - Conta Corrente: 9886-8;
- c) Aeroporto Vilhena: Agência 2757-X - Conta Corrente: 10345-4; e,
- d) Aeroporto Guajará Mirim: Agência 2757-X - Conta Corrente: 9881-7.

30.4. Em caso de inadimplemento ao pagamento pela prestação dos Serviços, por culpa exclusiva da Concessionária, incidirá nas sanções previstas no **item 31** deste Edital.

31. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CONTRATUAIS E MULTAS

31.1. O licitante e o contratado que incorram nos crimes em licitações e contratos administrativos, sujeitam-se as sanções administrativa que estão previstas no Capítulo II-B da Lei 14.133/21.

31.2. Conforme o Art. 155 da Lei Federal n. 14.133/21, a empresa participante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

31.3. No caso de algumas das infrações listadas acima, serão aplicadas ao responsável as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

31.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto, o DER/RO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa CONCESSIONÁRIA as seguintes sanções:

31.5. **Advertência**, que será aplicada por meio de notificação, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a empresa CONCESSIONÁRIA apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

31.6. Após 90 (noventa) dias da falta de pagamento da área concedida, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual sem possibilidade de devolução de qualquer valor investido na área concedida.

31.7. Multa de 10% (dez por cento) sobre o(s) valor(es) previsto (s) mensal(is) que deu causa, pela recusa injustificada em assinar o instrumento contratual caso em que será caracterizada a inexecução total do objeto não prestado, salvo no caso de justificativa aceita pela Administração;

31.8. Multa de 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida, no caso de inexecução parcial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia pela execução parcial do contrato;

31.9. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados ao DER/RO e/ou ao Estado de Rondônia;

31.10. As multas previstas nos subitens **31.7 e 31.8** poderão ser aplicadas isoladas ou em conjunto com as previstas no subitem **31.10**.

31.11. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme as **TABELAS 1 e 2** a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% sobre o valor mensal do contrato
4	1 % sobre o valor mensal do contrato
5	1.6 % sobre o valor mensal do contrato
6	3,2% sobre o valor mensal do contrato
7	4% sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	INCIDÊNCIA	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	Por ocorrência	7
2	Suspender ou interromper, o pagamento previsto para área concedida.	Por dia	4
3	Suspender ou interromper, o pagamento previsto para área concedida.	Por ocorrência	5
4	Executar a obra em desacordo com o previsto no projeto.	Por ocorrência	6
5	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar.	Por ocorrência	2
Para os itens a seguir, deixar de:			
6	Zelar pelas instalações da CONTRATANTE	Por ocorrência	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização e/ou Gestor do Contrato.	Por ocorrência	3
8	Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONCEDENTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.	Por ocorrência	3
9	Relatar à CONCEDENTE toda e qualquer irregularidade ocorrida, que impeça ou retarde a execução do Contrato, efetuando o registro da ocorrência com todos os dados e circunstâncias julgados necessários a seu esclarecimento.	Por ocorrência	3
10	Atender as normas, leis e regulamentos previstos no contrato;	Por ocorrência	7
11	Manter, durante todo o período de vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação que permitiram sua contratação, sobretudo no que diz respeito à regularidade fiscal e trabalhista.	Por ocorrência	2
12	Cumprir as obrigações assumidas no contrato;	Por ocorrência	7

31.12. A inexecução parcial ou total do contrato será configurada, entre outras, na ocorrência acumulada de, pelo menos, uma das seguintes situações:

QUANTIDADE DE INFRAÇÕES		
GRAU	INEXECUÇÃO PARCIAL	INEXECUÇÃO TOTAL
1	7 ou mais	12 ou mais
2	6 ou mais	11 ou mais
3	5 ou mais	10 ou mais
4	4 ou mais	6 ou mais
5	2 ou mais	3 ou mais
6	2 ou mais	3 ou mais
7	2 ou mais	3 ou mais

- 31.13. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **subitem 31.3**, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo **subitem**.
- 31.14. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONCESSIONÁRIA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.
- 31.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.
- 31.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 31.17. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:
- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
 - b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
 - c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 31.18. As sanções de natureza pecuniária serão acrescidas ao valor mensal da área concedida e efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 31.19. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.
- 31.20. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.
- 31.21. As multas eventualmente impostas à CONCESSIONÁRIA serão acrescidas no valor mensal da concessão dos pagamentos a que fizer jus, acrescidas de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a CONCESSIONÁRIA não tenha nenhum valor a pagar ao CONCEDENTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, os dados da CONCESSIONÁRIA serão encaminhados ao órgão competente para inscrição em dívida ativa.
- 31.22. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão acrescidos aos valores a serem pagos à CONCEDENTE.
- 31.23. O convocado que, dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, e será descredenciado do Sistema de Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no presente instrumento e das demais cominações legais.
- 31.24. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no cadastro estadual de fornecedores impedidos de licitar, e no caso de suspensão de licitar, a empresa CONCESSIONÁRIA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas das demais cominações legais.

32. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

- 32.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 32.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal n. 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 32.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da Lei Federal n. 14.133/21. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 32.2.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 32.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
- 32.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 32.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 32.3.3. Indenizações e multas.
- 32.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei Federal n. 14.133, de 2021).
- 32.5. Caso o Concedente (DER/RO) promova a rescisão da concessão por interesse público ou por culpa exclusiva da Administração, antes do término do prazo contratual, e não tenha ocorrido a integral amortização dos investimentos realizados pelo concessionário na implantação das edificações, o saldo não amortizado fará jus à indenização.
- 32.6. O valor indenizável corresponderá exclusivamente ao montante do investimento efetivamente realizado e comprovado pelo concessionário, deduzidas as parcelas já amortizadas, apurado com base em documentos fiscais, medições e demais elementos técnicos aceitos pela fiscalização do contrato.
- 32.7. O pagamento da indenização, quando devido, será realizado em parcela única, por meio de procedimento administrativo próprio, após apuração, validação e homologação do valor pelo Concedente.
- 32.8. A assunção do serviço autoriza a ocupação das instalações e a utilização pelo Concedente (DER/RO), de todos os bens reversíveis.
- 32.9. **DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO DOS CONVÊNIOS DE DELEGAÇÃO ENTRE UNIÃO E DER**
- 32.9.1. Os termos de **Convênio nº 57/2016 (ANEXO XXI)**, **nº 63/2016 (ANEXO XXII)**, **nº 56/2016 (ANEXO XXIII)** e **nº 66/2016 (ANEXO XXIV)** preveem no item 9.2 da CLASULA NONA sobre rescisão do Convênio por parte do Delegante (União):
- CLAUSULA NONA - DAS BENFEITORIAS
- 9.2. No caso de denúncia ou rescisão do Convênio que ocorra por interesse ou culpa exclusiva da DELEGANTE, o DELEGATÁRIO ou seu OUTORGADO faz jus à indenização pelas eventuais benfeitorias permanentes, deduzidas as depreciações e as parcelas já amortizadas.
- 32.9.2. Em caso da rescisão dos convênios informados no subitem 32.9.1, o concessionário faz jus à indenização das benfeitorias realizadas a serem providenciadas a cargo da UNIÃO, em conformidade com o previsto na citada cláusula nona.

33. DA INTERVENÇÃO DA CONCESSÃO

- 33.1. O Concedente (DER/RO) poderá intervir na Concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação dos serviços, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, sendo que a intervenção far-se-á por Decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.
- 33.2. Declarada a intervenção, o Concedente deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurando o direito de ampla defesa. O procedimento administrativo a que se refere, deverá ser

concluído no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

33.3. Ficando comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à empresa Concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

33.4. Cessada a intervenção, se não for extinta a Concessão, a administração do serviço será devolvida à empresa Concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

34. DOS BENS REVERSÍVEIS

34.1. Ao término do contrato de concessão de uso de área pública, os hangares construídos e todos permanentes/imóveis que vierem a ser a eles incorporados serão revertidos, automaticamente e sem ônus, ao patrimônio do Aeroporto, em conformidade com o previsto no item 3.10.2.5 deste Edital.

34.2. Todos os investimentos realizados na área dada em concessão serão considerados de interesse, único e exclusivo, da União que é a delegante do referido aeroporto, delegados por meio dos respectivos termos de **Convênio nº 57/2016 (ANEXO XXI)**, **nº 63/2016 (ANEXO XXII)**, **nº 56/2016 (ANEXO XXIII)** e **nº 66/2016 (ANEXO XXIV)**.

35. DO FORO

35.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa Concessionária e o Concedente, decorrentes desta Concessão, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

36. DISPOSIÇÕES GERAIS

36.1. O Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO se reserva ao direito de revogar a qualquer momento antes da assinatura do Contrato de Concessão, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou de anulá-lo por ilegalidade, sem que aos entes envolvidos caiba qualquer direito e indenizações ou ressarcimento.

36.2. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção prevista na legislação aplicável ao presente Contrato, bem como possuir e manter, até o final da vigência deste instrumento, código de conduta e de éticas próprias, cujas regras se obrigam a cumprir.

36.3. A Concessionária deverá manter a área dada em concessão de uso permanentemente dotada de aparelhagem adequada à prevenção e extinção de incêndio e sinistros, mantendo igualmente o seu pessoal instruído quanto ao emprego eficaz daquela aparelhagem.

36.4. Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos de ética e de conduta, é dever das partes, no exercício dos direitos e obrigações previstos no contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

36.5. Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente; e

36.6. Adotar práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

36.7. A comprovada violação de quaisquer das obrigações previstas neste Edital é causa para rescisão unilateral do Contrato, observado o direito à ampla defesa e ao contraditório, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

36.8. Declaram as partes que este instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

36.9. Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Federal n. 14.133/21).

36.10. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Federal n. 14.133/21).

36.11. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei Federal n. 14.133/21).

36.12. Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.

36.13. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização;

36.14. Os representantes da Comissão de Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

37. ANEXOS

37.1. Integram esta Concorrência, os seguintes anexos:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA Id. (68573655)
ANEXO II	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Id. (0066138928)
ANEXO III	PLANILHA TABELA DE PREÇO POR M² Id. (0061539334)
ANEXO IV	MINUTA DE CONTRATO Id. (68099301)
ANEXO V	CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS I d. (68879675) Pág. 1
ANEXO VI	CARTA FIANÇA Id. (68879675) Pág. 2
ANEXO VII	SEGURO GARANTIA Id. (68879675) Pág. 3 e 4
ANEXO VIII	CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO Id. (68879675). Pág. 5
ANEXO IX	DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL Id. (68879675) Pág. 6
ANEXO X	DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO Id. (68879675) Pág. 7
ANEXO XI	DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DOS SERVIÇOS Id. (68879675) Pág. 8
ANEXO XII	ANÁLISE DE RISCO 3 - MATRIZ DE RISCO Id. (0058326261)
ANEXO XIII	PLANTA CROQUI ÁREA HANGARES CACOAL SSKW Id. (0054547433)
ANEXO XIV	PLANTA CROQUI ÁREA HANGARES JI-PARANÁ SBJI Id. (0054547598)

ANEXO XV	PLANTA CROQUI ÁREA HANGARES GUAJARÁ-MIRIM SBGM Id. (0054547655)
ANEXO XVI	PLANTA CROQUI ÁREA HANGARES VILHENA SBVH Id. (0054547846)
ANEXO XVII	PROJETO ARQUITETÔNICO MODELO - CACOAL AREA 01 HANGAR Nº02 Id. (0059851884)
ANEXO XVIII	PROJETO ARQUITETÔNICO MODELO DE MAIS ÁREAS Id. (0059852023)
ANEXO XIX	REQUISITOS DE ENGENHARIA HANGARES Id. (0051744442)
ANEXO XX	TABELA REFERÊNCIA - INFRAERO Id. (0057170737)
ANEXO XXI	CONVÊNIO Nº 57/2016 Id. (8965744)
ANEXO XXII	CONVÊNIO Nº 63/2016 Id. (8965685)
ANEXO XXIII	CONVÊNIO Nº 56/2016 Id. (8965777)
ANEXO XXIV	CONVÊNIO Nº 66/2016 Id. (8965719)

Porto Velho/RO, 06 de fevereiro de 2026.

JOHNNESCLEY ANES DE MORAIS
 Presidente da 1ª Comissão de Obras - COOBRI/SUPEL/RO
 Portaria nº 323 de 08 de dezembro de 2025

Elaborado por:
 ANA C. S. NOBRE

Revisado por:
 JOHNNESCLEY ANES DE MORAIS



Documento assinado eletronicamente por **JOHNNESCLEY ANES DE MORAIS, Presidente**, em 06/02/2026, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **68781192** e o código CRC **F7AB9B89**.

Referência: Caso responda este Edital, indicar expressamente o Processo nº 0009.009336/2024-33

SEI nº 68781192